



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Obra na avenida Beira-Mar: MPF e MPE cobram licenciamento ambiental da PMA

Nos últimos dias, o assunto ganhou força após a nova medida do Ministério Público Federal e Estadual (MPF/MPE)

A obra de contenção que está sendo realizada pela Prefeitura de Aracaju (PMA) na avenida Beira-Mar tem sido alvo de muitas discussões, elogios e também críticas. Nos últimos dias, o assunto ganhou força após a nova medida do Ministério Público Federal e Estadual (MPF/MPE), que ajuizaram ação cautelar na Justiça Federal pela suspensão das obras. O Promotor do Meio Ambiente em Sergipe, dr. Gilton Feitosa, revela que o maior interesse é obter o licenciamento ambiental para que a obra possa ser realizada. “É preciso esclarecer que nem o Ministério Público Estadual (MPE) nem o Federal (MPF) querem paralisar a obra. Isso as pessoas precisam saber, até porque toda a intervenção do Município naquela área foi iniciada através de prorrogação do MPE. Quando soubemos do risco que havia ao Meio Ambiente urbano com aquela precipitação das ondas, instauramos um procedimento administrativo para acompanhar quais medidas seriam tomadas pela Prefeitura”, esclarece o dr. Gilton Feitosa.

De acordo com o Promotor, o problema é que a Prefeitura iniciou a

obra sem ter o licenciamento ambiental, contrariando o que diz a Constituição. “Entramos com uma ação para defender o Meio Ambiente urbano. Nenhuma obra de impacto ambiental pode ser iniciada sem licença e a obra proposta pela Prefeitura vai afetar o rio Sergipe, que é um rio Federal. Por isso, o Ministério Público tomou estas providências”, explica o promotor.

Segundo o dr. Gilton, o Ministério Público não entende o porquê de a Prefeitura ainda não ter o licenciamento para a obra, já que o projeto foi apresentado desde o ano passado. “Nós tínhamos certeza que não havia mais discussão a respeito disso. Tanto que a Prefeitura de Aracaju não contestou a primeira ação do MP. Concordamos que não há mais tempo a perder, mas por que não fizeram o estudo para obter o licenciamento?”, questiona.

Em relação aos riscos de desabamento, anunciados pelo secretário Luiz Durval, o promotor ressalta que tudo isso deve ser declarado oficialmente pelo Município. “A perícia realizada não constatou esse problema. Se agora, com o início das obras, isso foi descoberto, então que as informações sejam declaradas. Não duvidamos do que a Prefeitura está dizendo”, destaca.

O promotor disse ainda que não tem dúvidas da importância da obra, mas reforça: uma intervenção como esta não pode seguir sem licenciamento. “Nós temos exemplos em Sergipe dos resultados de obras feitas sem estudo de impacto ambiental. O licenciamento não foi inventado pelo Ministério Público e sim pela Constituição. Se é lei, deve ser cumprida”, finaliza.